



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CNDI

Realizada em Porto Alegre - RS

Dia: 24 de julho de 2014

Resumo Executivo

Presentes no início da reunião:

Conselheiros Governamentais	Conselheiros da Sociedade Civil
01- Paula Regina de O. Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) e (ANADEP) 02- Marco Antônio Juliatto (SDH-PR) 03- Antonio Lídio de Mattos Zambon (MEC) 04- Laura Berdine Santos Delamonica (MRE) 05- Ana Maria Angela Villalba (MINC) 06- Rogério Vilela B.A. Franco (MCTI) 07- Maria Cristina Hoffmann (MS) 08- Maria Elenara Pintos (Min. Esportes) 09- Emmanuel de Araújo Dantas (MPS) 10- Evandro Macedo (MPOG) 11- Camila Salvador Cipriano (MDS) 12- Daniel da Rocha Franco (MTE) Estrutura: 01- Ana Lúcia da Silva (Coordenadora CNDI) 02- Lúcia Rosa Gomes (CNDI) 03- Claudia Americano (CNDI) Convidados: 01- Neusa Pivatto Müller (Coord. Geral Polít. Idoso) 02- Jefferson Aparecido Dias (PFDC/ MPF/SP)	01- Irmã Terezinha Tortelle (Pastoral Pessoa Idosa) 02- Joana de Oliveira Scerne (ABRAZ) 03- Jussara Rauth (SBGG) 04- Yelena de Fátima Monteiro de Araújo (AMPID) 05- Adriana Zorub Feal (OAB) 07- Luiz Legnani (COBAP) 09- Maria Lúcia Santos de Moura (CONTAG) 09- Arthur Custodio Moreira (MORHAN) 10- Marília Celina F. Fragozo (ANG – Brasil) 11- Rita Martorelli (SESC) 12- Freddy A. S. Antunes (ANADEP) 13- Sebastião Luiz Amorim (AMB) *Convidados participantes de Conselhos Municipais, Estaduais, Entidades e Instituições: 25 participantes assinantes na lista de presença anexada na Ata da referida Reunião.

Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos - a Conselheira Paula Regina de Oliveira Ribeiro, faz a abertura das atividades do dia 24 – Quinta-feira

A Reunião foi iniciada com agradecimento especial a todos os Conselheiros Estaduais e Municipais, dirigentes e profissionais presentes no evento. Fala da importância do momento para os Conselheiros Nacionais de dividir o espaço por três dias, sendo extremamente enriquecedora a oportunidade de compartilhar como estão vivenciando a questão da Gestão dos Fundos o funcionamento do Conselho, dificuldades em relação às Conferências.

Declara aberta a 70ª Reunião Extraordinária, indaga se todos os Conselheiros fizeram a leitura da Pauta e do Resumo Executivo da Reunião anterior, pois se todos tiveram a oportunidade de ler não há a necessidade de uma nova leitura. Abre espaço para que se alguém tiver alguma consideração a fazer com relação ao Resumo Executivo, e que não tenha se manifestado por e-mail, faça nesta oportunidade para a devida alteração e registro. A concordância foi unânime, sendo assim aprovada a Pauta e o Resumo Executivo da Reunião anterior.

Informes da Presidência:

1) A alteração nessa gestão do Conselho, o então Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso Gabriel Rocha foi exonerado do cargo que ocupava enquanto Secretário Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e com isso também houve a substituição da Presidência cuja gestão nesse mandato é da SDH. Com isso então foi indicado a Patrícia Barcelos que justificadamente não pode estar presente nesta reunião de Porto Alegre. Patrícia foi nomeada como Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e Presidente do Conselho e o Marco Antônio Juliatto, que esteve presente nesses três dias de trabalho, foi nomeado o suplente da SDH neste Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Então na Reunião Extraordinária nas próximas subseqüentes a Patrícia Barcelos (SDH) já estará na condução dos trabalhos.

2) Já foi encerrado o processo do edital do Fundo e dez entidades foram classificadas para poder fazer esta captação do recurso do fundo, mas em virtude do processo eleitoral esta contratação só vai se dar a partir de novembro. Esse repasse é a assinatura do Convênio. Inscreveram-se 42 Instituições para participar, porém algumas apresentaram diversos problemas com a documentação e não conseguiram ser

habilitadas. É uma vitória termos esta grande adesão das entidades e estar fazendo esta captação de recursos do Fundo.

3) Ainda como informe daqui da Presidência, a Jussara Rauth (SBGG) integrando a Comissão organizadora da Conferência Nacional que acabou muitas vezes fazendo a vez de Coordenadora encaminhou um documento a todos para que fizessem a leitura e manifestassem já com os Eixos e orientações para a realização das Conferências Estaduais e Municipais. Foi dado prazo para que os Conselheiros se manifestassem nesse e-mail, se ainda havia interesse em discutir sobre o assunto, analisar melhor o documento, pois o prazo se encontra no limite para encaminhar essas orientações para os Estados e Municípios. Se houve algum Conselheiro ou conselheira Nacional, que não receberam seria reenviado. Foi solicitado a atenção para a análise pois o prazo está bastante exíguo.

Foi dado um prazo de uma semana, que seria na segunda-feira da próxima semana (04/08), já fecha esse documento e não se manifesta mais. A Conselheira Paula Rodrigues sugere que pode aproveitar a reunião da Diretoria ampliada, para se for o caso, fazer algum fechamento e encaminhamentos para os Estados e Municípios. Ressalta que fica como lição de casa a leitura porque isso é prioridade e como foi observada nesse encontro a necessidade dos Estados e Municípios de estarem recebendo esse instrumental, para não comprometer a realização das etapas deles.

Encaminhamentos:

Haverá a Reunião Extraordinária em Brasília, a Ana Lúcia (CNDI) está incumbida de passar as datas e demais comunicações. Não houve possibilidade de antecipação por causa da tramitação interna, da emissão de passagens, dos prazos legais e outras atividades da própria SDH, então essa Reunião será realizada na última semana de agosto.

Conforme anuncio anterior pelo próprio Marco Antônio Juliatto (SDH), acontecerá uma Reunião da Diretoria ampliada, para tratar de assuntos que a SDH estará apresentando. A convocação não é do Conselho, ela sai do Gabinete da Ministra, não é uma reunião nossa da Diretoria ampliada, é uma reunião convocada pela própria Ministra Ideli Salvatti. Fica ao encargo da Ana Lúcia da Silva (CNDI) encaminhar tanto a data da Reunião Extraordinária e o Marco Antônio Juliatto (SDH) informará da Reunião com os membros da Diretoria ampliada.

Emmanuel de Araújo Dantas (MPS - INSS)

O Conselheiro Emmanuel de Araújo Dantas faz a colocação que na ocasião da discussão alguém questionou sobre as orientações da previdência em termos de educação, de seus direitos e deveres do segurado, foi repassado que há um programa que se chama “Programa de Educação Previdenciária” e ele existe em todo o Brasil, em todas as gerências.

Faz a comunicação que se alguém, alguma associação, instituição que necessite de orientações na área previdenciária, pode ser solicitada a qualquer tempo a presença de um Técnico à reunião destas associações com o intuito de explicar, treinar pessoas para serem multiplicadores e esse trabalho é feito pelo INSS é só buscar, tendo realmente esse interesse de pedir ajuda e orientação do INSS que é só provocar a Gerência Executiva.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG)

Em suas palavras cita que: - Pegamos da Agenda transversal do idoso e pensamos de que forma poderíamos comprovar a execução daquela ação, isso se transformou em indicadores, tínhamos um comprometimento do Andrei que da mesma forma a SDH a própria Coordenação da própria Política do Idoso.

A Secretaria estava pensando fazer um evento maior de capacitação de diferentes conselhos nessa definição dos indicadores. Esta continuidade desse processo envolvia essa iniciativa da SDH não aconteceu, nós não tivemos também por parte dos Ministérios as várias solicitações que nós fizemos de relatos da execução e especialmente combinação das ações dispostas na Agenda Transversal com a Associação ao Orçamento destinado pelos Ministérios para cada uma daquelas Ações porque só assim é possível a gente fazer monitoramento e avaliação sabendo o que tá sendo previsto, sabendo o que tá sendo feito e quando.

Conselheiro Arthur Moreira (MORHAN)

O Conselheiro Arthur Moreira ressalta a importância de mantermos um cadastro sempre atualizado, isso precisa ser uma questão mais permanente. Hoje tecnologicamente dá para ter isso, uma plataforma de internet que os conselhos fiquem atualizando e a mantém sempre atualizado, é estratégico para articulação de conferência, divulgação de material, para reuniões; quando sai um Ofício de última

hora e não deu para divulgar, então passa um e-mail para todos e esse chega a contento, pois há um cadastro atualizado, deve ser um instrumento prioritário, de estar sempre preparado para mobilização e articulação, mandar comunicação, boletim, ata do próprio Conselho Nacional, ou seja, contato efetivo com todos os Conselhos no país.

Encaminhamento:

Este tópico deve ser um ponto prioritário para discutir com a Secretaria de Direitos Humanos e formar esta plataforma de atualização permanente dos Conselhos.

Conselheira Yélena Monteiro de Araújo (AMPID):

1) Pronuncia-se sobre a questão dos levantamentos do banco de dados dos Conselhos. Os conselhos devem ser orientados para criar seus e-mails institucionais, pois é muito comum vermos e-mails de pessoas físicas, é importante veicular como, por exemplo, no e-mail da Prefeitura, da Secretaria ou órgão ao qual se está vinculado.

2) É interessante também no trabalho da Comissão de Articulação, já pensar em um encaminhamento, numa busca de dados a servir ao cadastro de registro dos conselhos, porque uma vez passada a proposta de destinação para o Fundo, há necessidade que esteja cadastrado junto a SDH - Secretaria de Direitos Humanos, daí a importância de que esses dados já tenham sido levantados.

3) Sugere ainda, para maior articulação como Conselheiros, que seja criado o Grupo do *WhatsApp* do CNDI, para que os Conselheiros terem um diálogo mais rápido, informativo dos acontecimentos.

Vale lembrar a fala da nossa colega Albamaria Abigailil quando em depoimento expôs e manifestou sua preocupação, pois encontraram muitas dificuldades, constataram que alguns Conselhos Estaduais estão muito frágeis, equipe reduzida, falta de estrutura para funcionamento, alternância de representantes, endereços alterados, fones e e-mails não compatíveis, apesar da equipe do CNDI estar em constante contato. Informou ainda que tem ligando para todos os Conselhos Estaduais em parceria com a equipe do CNDI para motivar a realização da Agenda Propositiva.

Vice-presidente do CNDI Paula Ribeiro:

Recomenda que seja feita a análise do Decreto 8243 de 23 de maio de 2014, para aprofundarem na discussão, no conhecimento e depois fazer manifestações mais seguras.

Comissão de Normas:

Conselheira Adriana Zorub Feal (OAB-SP)

Encaminhamentos:

A Comissão de Normas tomou ciência do Edital nº 07/2014 do CNDI, no qual homologa o resultado final do Edital 03/2014 que trata da concessão de apoio financeiro por parte do CNDI referente ao Fundo Nacional, cuja cópia foi distribuída para todos os participantes da Comissão de Normas. Recebido o encaminhamento do Ofício nº 092/2014 do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Estado do Paraná, para análise e deliberação no qual foi entregue para o Conselheiro Freddy Alejandro para elaboração e apresentação do parecer na próxima reunião.

Após debate, esta Comissão manifestou de forma unânime pela concordância da relevância da Participação Social e de forma majoritária deliberou que o Decreto deve ser aprimorado e visto em alguns aspectos.

Bernadete D. Schenatto (Presidente do Conselho do Paraná – CEDI-PR):

Após a vigência do período eleitoral como foi acertado, aguardaremos os documentos do CNDI para ser feito o encaminhamento de como deve ser uma conferência, com as discussões a partir da base, com alinhamento e construção. Se houver outro entendimento então teremos que ser capacitados.

Vice-presidente do CNDI Paula Ribeiro:

Faz elucidações sobre o objetivo dessas demandas é justamente esclarecer enquanto CNDI, estar aprimorando e buscando uma uniformização dos procedimentos a serem encaminhados para os Conselhos Municipais e Estaduais. De maneira que qualquer demanda vinda dos Conselhos, da base, seja interpretada de uma maneira equivocada.

Ana Lucia da Silva (Coordenadora Geral do CNDI):

Relata algumas dificuldades em enviar e-mails principalmente quando eles têm arquivos, gerando algumas reclamações de que o e-mail não chega aos destinos.

Encaminhamentos:

Precisa ser verificado e pedir a colaboração nas pontas para que sempre verifiquem no *spam* e em outras situações porque nem a Secretaria de Direitos Humanos não recebe alguns e-mails que chegam com arquivos assim como os nossos que saem.

Então sempre que for enviado e-mail, a partir de agora seria oportuno tomar esse cuidado, mandar o e-mail e ligar para ver se o destinatário recebeu e assim verificar outra forma de envio. Poderia haver essa combinação, quando enviarem correspondências, verificar seu recebimento no destino.

Comissão de Políticas Públicas:

Maria Cristina Hoffmann (MS):

Encaminhamentos:

Os principais pontos que assinalado foram:

- 1) Necessidade dos conselhos de contarem com uma equipe de suporte ou quadro permanente de pessoa. Este tema também refletiu na comissão anterior, necessidade de se ter um suporte, facilitar este suporte, articulação, também com os Conselhos Estaduais e Municipais.
- 2) Conselheiros indicados que tenham afinidade com o tema, o que se identificou que em muitos casos, em vários Municípios os Conselheiros são indicados por outro cunho que não o de ter afinidade, envolvimento com o Tema da Pessoa Idosa.
- 3) Falou-se sobre a importância de se atentar para as mudanças de função dos conselhos, muitas vezes se deixa a função do controle e acompanhamento para o de execução, que também tá interligado com que agente falou dessa falta de um suporte para o conselho.
- 4) Outra questão foi da necessária integração, aproximação dos conselheiros-conselhos com os órgãos a que se estão vinculados, esse estreitamento é fundamental.

- 5) Importância do comprometimento dos conselheiros em assumir suas funções e responsabilidades que são afetas ao seu cargo de conselheiros.
- 6) Falou-se sobre o controle social que é um processo de aprendizado e os conselhos muitas vezes é a única voz das pessoas idosas em seus territórios. Então a importância da capacitação, do aprimoramento, das discussões, de formação dos conselheiros. Acho que é esta a oportunidade, como tivemos hoje, contamos com a colaboração do Dr. Jefferson Dias (PFDC/MPF-SP) que são temas fundamentais para que os conselheiros também se apropriem em diferentes campos. Acho que isso deve ser uma constante.
- 7) O tema dessa discussão já vem a mais de anos – da importância de uma coordenação geral, de uma secretaria, enfim, de uma política dirigida à pessoa idosa. Em contraponto algumas pessoas se posicionaram sobre o risco da setorização e da não articulação com outras políticas. É uma questão que se viu que tem de ser mais discutida.
- 8) A importância de investir na capacitação de conselheiros sobre as diferentes políticas e que eles sejam divulgadores nas suas instituições e na sociedade em geral.
- 9) Identifica-se na gestão dos conselhos é que ela vai variando a partir de suas realidades e as instâncias onde estão atuando, seja no nível, nacional, estadual e municipal. Muitas vezes os Conselhos Municipais estão diretamente mais ligados às realidades e a forma de inserção ou de atuação difere do campo, por exemplo, do Conselho Nacional.
- 10) A questão importante que foi tocada é que o CNDI precisa assumir uma posição de ser mais demandante, para isso precisa conhecer, acompanhar, monitorar, cobrar as políticas no sentido de pró-atividade. Não ficar esperando ser demandado, que se organize e possa estar acompanhando ativamente as diferentes questões que vão aparecendo.
- 11) Falou-se sobre o grande desafio de colocar o tema da pessoa idosa na agenda das diferentes políticas. Nós temos uma vasta legislação, mas precisa se investir na transversalidade, na intersectorialidade que na maioria das vezes acontece na prática, no dia a dia. É um grande desafio para nós conselheiros.
- 12) Passou para uma discussão sobre o Decreto 8243 e as posições foram bastante divididas. O grupo entendeu ser fundamental que todos se inteirem – verificamos que muitos dos presentes não conheciam, não estavam inteirados do teor do Decreto, então que examinem, para se posicionarem de uma forma mais tranquila.

13) Foram levantadas até para nortear esse aprofundamento das discussões:

- qual o significado do decreto,
- apontar seus avanços e pontos críticos,
- conhecer o histórico do processo, isso o grupo definiu como sendo muito importante, de como se deu o processo de construção, que não foi uma coisa de agora, é de mais tempo,
- foi apontado a necessidade de aperfeiçoamentos que deverão compor uma possível regulamentação em caso da manutenção e alguns entenderam que o mesmo não derruba o que já existe.
- Foi proposto aprofundar a discussão numa reunião, que conte com a presença da Secretaria Geral e Planejamento para se conhecer este processo,
- de como ele foi elaborado e garantir a participação na elaboração da regulamentação, uma ampla discussão que garanta a representação dos conselhos existentes.
- Verificar a possibilidade de uma reunião em que a gente pense na possibilidade em que ela seja transmitida em tempo real, virtual para que os municípios e estados possam estar acompanhando esta discussão, que acreditamos será mais investigada (eu não entendi se será em agosto, se um dos temas será a discussão do decreto).
- Que os Conselhos Estaduais e Municipais também levem este tema para discussão nos seus âmbitos e que encaminhem suas conclusões a partir de suas discussões para o CNDI também.

Vice-presidente do CNDI Paula Ribeiro:

Sendo questionada sobre a questão do Decreto está incluída como ponto de pauta, a Vice-Presidente Paula Ribeiro responde que ainda estava como manifestação das comissões, e não ainda como ponto de pauta da plenária. Esclarece que não definiu se esse assunto vai ficar como ponto de pauta agora ou se, como alguns querem ainda aprofundar como foi colocado na própria Comissão de Normas, também pode inserido como um ponto de pauta na Reunião Extraordinária a ser marcada.

Conselheiro Antônio Lídio de Mattos Zambon (MEC):

O Conselheiro Antônio Lídio indica que há uma série de informações suplementares, tanto no aspecto jurídico como de movimentos sociais, movimentos sindicais, etc, que

já se manifestaram, e informa que tem um caderno de todos os pronunciamentos que já tiveram de diferentes correntes, de diferentes intelectuais, juristas, advogados, etc. E estão disponibilizados a todos, inclusive para subsidiar e assim as decisões podem ser tomadas com mais segurança.

Encaminhamento:

Sugere e pressupõe que o Marco Antônio Juliatto (SDH) passará este material para todos, no intuito de que seja um instrumento de suporte nos posicionamentos.

Vice-presidente do CNDI Paula Ribeiro:

Encaminhamento:

A Vice-presidente observa que este material chega para subsidiar e até mostrar outra interpretação que se esteja tendo, outra visão, e sugere para ser colocado como ponto de pauta na próxima reunião.

O Conselho vai encaminhar então para todos Conselheiros esse material que o Conselheiro Antônio Lídio de Mattos (MEC) acabou de relatar e o Marco Antônio Juliatto (SDH) está me mostrando aqui.

Com a palavra Rita de Cassia Gonzaga Martorelli (SESC Nacional):

Encaminha:

A Conselheira fala da percepção tanto a nível Municipal, Estadual quanto no nível do Conselho Nacional, sobre a necessidade de ter um espaço para discussão do Decreto, de tentar viabilizar, pois se percebe essa importância de discutir, pensar, já que não fomos incorporados neste processo, que a gente possa estar se incorporando, se apropriando.

Já na próxima reunião de agosto, sugere incluir um tempo para a seguinte deliberação:

- o quê faremos para escutarmos os atores envolvidos e assim possamos participar de uma forma mais efetiva, acho que ainda dá tempo da gente estar participando desse debate nacional.

Antônio Lídio de Mattos Zambon (MEC):

Expõe e acrescenta mais um ponto sobre o que foi percebido nas falas dos representantes dos municípios, da grande dificuldade com relação à captação de recursos. Há entendimentos muitos diversos, fragilidade de formação.

- Considerar que seria interessante que os Conselheiros do Conselho Nacional fizessem uma espécie de documento orientador, elaborar este documento e disponibilizar para todos, algumas coisas das diversas formas possíveis que eles têm de captação de recursos, não só de fundos, mas de outras fontes, porque existe dentro do próprio grupo entendimentos bem diversos, opostos, assim poderia dizer. Sugere ainda que nas demandas de capacitações incluíssem essa abordagem.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG)

Endossa o conteúdo da fala do Conselheiro Antônio Lídio. já por alguma duas ou três ocasiões, a Comissão de Orçamento e Financiamento fez uma fala com a Comissão de Fundos, e quando se refere a recursos financeiros para propiciar, para promover, para garantir a execução de uma política pública, este recurso financeiro não pode ficar reduzido a “fundo”.

Acredita-se que o custeio de uma política ela vai para muito além da questão do Fundo, e não somos capacitados para discutirmos orçamento público, nem capacitados para compreendermos LOA, LDO, enfim, o que realmente precisamos, enquanto Conselheiros Nacionais termos um pouco desta discussão, desta capacitação e dessa noção para que a gente possa contribuir de forma efetiva nas discussões dos Conselhos Estaduais.

Aproveitando a presença do Marco Antônio Juliatto (SDH) acredito que seja uma ação do nosso Planejamento Estratégico, a necessidade de se ter enquanto Conselheiros Nacionais uma capacitação neste sentido e que o resultado desta capacitação se transformasse numa publicação, quando falo em publicação não refiro necessariamente a um livrinho, pois há mil formas de disseminar orientações, assessoramento, houvesse uma publicação que pudesse então ser repartido com os Estado e Municípios, enfim, com as próprias Instituições, no sentido de estarmos mais capacitados com essa questão chamada Orçamento e Financiamento.

Vice-presidente do CNDI Paula Ribeiro:

Reforça a fala da Conselheira Jussara Rauth

- Já que a gente tá num momento de puxar pela memória, me lembro de você há seis anos falando essa mesma coisa. Da necessidade da gente ter uma capacitação sobre o acompanhamento do orçamento, então estas questões não são novas, então a gente volta sempre, a roda vai gira e a gente volta sempre para o mesmo local.

Conselheira Yélena Monteiro de Araújo (AMPID):

A Conselheira Yélena Monteiro ressalta que esta questão da preocupação com a divulgação do como fazer, do passo-a-passo de um fundo é uma preocupação do Conselho há bastante tempo. Argumenta ainda que é da Gestão 2010-2012 e Gestão de 2012-2014, anterior a estas gestões já haviam instalado grupo de trabalho para a questão do fundo.

Observa que já estavam discutindo, pedindo, solicitando apoio técnico, operacional, financeiro, porque há dificuldades diversas, e não contam com as informações sobre finanças para fazer um acompanhamento isolado de um Fundo Nacional.

Encaminhamentos:

- Reforça sobre a necessidade real da capacitação nos Conselhos de uma maneira geral, principalmente em temas dirigidos aos Conselheiros, como por exemplo:
 - o que é ser um Conselheiro;
 - o que é ter noção de orçamento público, de finanças, de captação, é fundamental.
 - que a SDH montasse uma matriz de conteúdo programático de capacitação dos conselheiros e que poderia servir para todos os conselhos. Criar-se a matriz, a base de conteúdo programático a ser tanto trabalhado junto aos Conselheiros Nacionais primeiramente e como desenvolver e disponibilizar para todos os conselhos.
- Destaca sobre a questão de reforço na Assessoria Parlamentar, a importância de darem apoio, porém ressalta também que a Marinete (da Assessoria Parlamentar) e o próprio CNDI divulgue para os Conselhos Estaduais e Municipais quais são os projetos de lei, porque no Congresso existe a opção de acompanhamento, e já houve solicitação acerca de quais eram os Projetos de Lei, pois são 108 projetos que estão tramitando, recomenda que seja encaminhado as notícias desses projetos de lei para que cada conselho se

habilitasse no programa de acompanhamento no Congresso Nacional e assim ficar acompanhando o andamento dos projetos de sua localidade, para unirem as forças e serem parceiros nos acompanhamentos. Na pressão, na articulação, senão não conseguem. Necessita demandar, demonstrar que somos eleitores, fazer jus ao direito às políticas públicas e precisa criar carência de mobilização e desta forma pressionar, se fazendo presente e acompanhando.

Ana Elenara da Silva Pintos (M.ESPORTE)

A Conselheira esclarece que de fato entende que é necessário sim aproximar ações e trabalhar de forma intersetorial. Discorre que é importante registrar ação da própria SDH e com contribuição dos entes governamentais do conselho nacional e dos demais conselhos. Expõem a preocupação enquanto Ministério dos Esportes discutir com os profissionais, as pessoas envolvidas e o atendimento a essa população, com a construção de uma rede, uma grande rede, verdadeiramente intersetorial e que tem esse viés, que é de aproximar tudo que está sendo feito em função da própria população idosa.

Conselheiro Arthur Moreira (MORHAN)

Levanta a questão de considerar que o Conselho deve começar a articular mais para dentro do Congresso, inclusive na proteção dos direitos do idoso. Indica-se a necessidade de ter uma assessoria parlamentar mais forte para esse conselho e avançar trazendo emendas parlamentares para discussão do idoso, e se possível, até coibir alguns projetos já apresentados naquela casa, que se pode considerar retrocesso. Lembrando-se da fala da Academia da Saúde deve-se praticar um pouco a reflexão sobre a necessidade de avançar na estrutura, instituir, aprofundar com a SDH a estrutura dos conselhos e a assessoria parlamentar sendo de fundamental para o Conselho.

Marco Antonio Juliatto (SDH)

Alerta sobre a importância que se consiga fazer aquilo que foi falado durante o evento em Porto Alegre pelos representantes do Banco Santander, em conseguir fazer um mapeamento das ações locais para identificar todas as potencialidades, arranjos sociais, arranjos produtivos, as grandes diferenças que existe entre os Municípios e captar recursos dos empresários porque essa desoneração que o governo concede através do incentivo fiscal de repasse direto para fundos, recursos dos impostos que são colhidos em Municípios. Então é um trabalho que precisa fazer para captar

recursos, mas principalmente fazer aquela ponte de que se constrói um planejamento de um plano de ações e leva este conjunto de ações para o Poder Público. Então o recurso de captação ele serve para o desenvolvimento dessa consciência de monitoramento e construção de plano de ação para encaminhamento de políticas públicas, mas quem tem que executar políticas públicas são os entes Municipais, Estaduais e Federal.

Estabelecer que os Conselhos fossem parceiros neste processo de monitoramento e acompanhamento das questões no Congresso e no Senado.

Acerca da questão para fazer esse desenho que o Arthur Moreira (MORHAN) falou, de qualquer forma tem que sentar com a Ministra, ou com o Governo e falar que os Conselhos precisam de assessoramento parlamentar, os Conselhos precisam de um assessoramento contábil, os Conselhos precisam de um assessoramento jurídico, porque esse é o desenho que o Governo Brasileiro está se propondo fazer quando implanta uma política de participação social, é mostrar que governar com a participação da sociedade é justamente isso, é profissionalizar os conselhos que são órgãos legítimos e representativos a construírem efetivamente políticas públicas em parceria com a sociedade civil, esse é o salto de qualidade que teria quando alertamos que os Conselhos tem um papel fundamental na imposição aos Governos Municipais, Estaduais e Nacional de condução de políticas públicas. Tirando o foco somente do Poder Legislativo que constrói leis, impõem orçamentos e do Poder Executivo que tem que executá-las. A sociedade que é o protagonista de todas as ações que o Governo implementa é que tem que dizer ao Governo quais são as prioridades.

Comissão de Articulação com os Conselhos

Conselheiro Luiz Legnani (COBAP):

Discutida na reunião de articulação entre conselhos a possibilidade de estar retomando a agenda propositiva tirada no Fórum Mundial sobre Direitos Humanos. No âmbito desse Fórum, a oficina de capacitação com os Conselheiros. Foi efetuado como na Agenda Propositiva, cada mês seria trabalhado um tema. Em abril o Tema sobre Previdência Social. O projeto Recuperação das perdas Aposentados e Pensionistas e uma política de reajustes para os aposentados, tendo a base de como já feito, é dado no salário mínimo, que é a inflação mais o PIB do período.

A ideia de uma oficina, a propostas seria trabalhar nos conselhos Municipais, Estaduais, articulando com outros movimentos populares, sindicatos, associações de

aposentados e várias entidades, para trabalhar estes temas e juntos da COBAP que já elaborou um documento com estas propostas, da recuperação das perdas (projeto de lei nº 4434) e de uma política de reajuste para aposentados e pensionistas, com ganhos acima do mínimo e a previdência fez uma nota técnica, que foi enviada ao CNDI, que ficou de enviar para todos os Conselhos Municipais e Estaduais estas propostas para serem trabalhadas em seus Municípios e Estados.

Aborda ainda, acerca dos projetos que estão tramitando no Congresso, e informa que o Senador Paulo Paim está para apresentar um Projeto de Lei que obriga a União, Estados e Municípios destine 2,7% das receitas brutas dos Estados e Municípios destinando assim às políticas do idoso, como contribuição a Política Nacional do Idoso. Esse recurso daria um montante de 45 bilhões de reais. Seria um ganho para os idosos, um bom dinheiro para investir nas políticas dos Idosos nos municípios e estados. Informa que o Senador está se articulando e fará a apresentação deste projeto.

Encaminhamentos:

- Retomada da Agenda Propositiva seguindo o calendário. Sugere que seja retomado este Tema, pela importância não foi muito bem trabalhada esta questão. Foi decidido que se retome esta agenda propositiva e trabalhe. E a cada mês seria trabalhado um tema: saúde, assistência social, educação, financiamento, até novembro conforme foi tirado nessa Oficina de capacitação no âmbito do Fórum Mundial sobre os Direitos Humanos.
- Atualização dos dados dos Conselhos Estaduais e Municipais. Ressalta o fato de encontrar muita dificuldade em contatar com todos os Conselhos Estaduais e Municipais, pois mudam a direção, ficam com os dados incorretos ou faltando e não informam ao CNDI. O CNDI está com dificuldade de atualizar os dados dos conselhos. Então a sugestão é fazer esta pesquisa e atualizar assim todos os dados.
- Recomenda prestarmos apoio a estes projetos, assim como os outros que já estão tramitando. Temos a iniciativas de estar acompanhando e pressionando para que sejam votados.

Marco Antônio Juliatto (SDH)

Pontua:

A respeito daquele caderno apresentado naquele encontro Ibero-Americano para Pessoa Idosa no ano passado em Brasília. Ele vem sendo aprimorado e incrementado com detalhamentos melhores das políticas que cada um dos Ministérios executa

Algumas coisas foram freadas em virtude desse defeso eleitoral, então na oportunidade estão aproveitando esses dois meses e fazendo uma diagramação melhor do material, a área da comunicação se encarregou de fazer isto e ele vai ser impresso assim que acabar a eleição, com as autorizações para fazer as impressões, distribuição e divulgação daquele caderno. Ele é fundamental para se linkar as agendas transversais, onde se pode olhar para um conjunto de ações que estão traduzidas em execuções para dar conta dos objetivos que estão lá no PPA e aí sim, em cima disso, estabelecer aqueles indicadores que permita fazer um acompanhamento mais de perto, a execução das políticas de cada Ministério.

Então de fato é um processo dinâmico, todo ano tem que ser atualizado, tem que fazer uma versão 2014, já teve 2013, vamos fazer 2014 e manter este caderno de políticas públicas para a pessoa idosa de forma estruturada, lançada anualmente com as atualizações dos Ministérios. Com o comprometimento de fazer a máxima distribuição e divulgação.

Observa a importância de mais uma capacitação, percebe-se que efetivamente a necessidade de capacitações de toda ordem. Não obstante, fica a dúvida se consegue fazer com recurso da política. Considera que o Conselho tem autonomia e nos editais percebe-se que várias entidades que apresentaram proposta de capacitação, pode na parceria com estas entidades fazer estes desenhos destas capacitações e nos incluirmos nas capacitações, porque é um processo de contratação de entidades que estão dando capacitações em Direitos Humanos.

Expor capacitações que abrange as temáticas que já foram apresentadas: Instituições de fundos, gestão do próprio conselho, gestão do fundo, prestação de contas, acompanhamento de políticas, há um conjunto de capacitações que precisa ser desenvolvida, isso ajuda inclusive a SDH aprimorar o material que já existe de capacitações. Assumir esse desenho e replicá-lo seja em forma impressa, seja na forma de uma webconferência ou de videoconferência com a participação da grande rede de webconferência que o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação possuem e o Ministério da Cultura também possui, alguns Ministérios têm redes muito grandes de videoconferências e só precisamos desenhar essas capacitações para

fazer chegar aos Conselheiros Municipais, Estaduais. Há um ganho com esse desenho de aprimoramento das políticas.

Observa isto, percebe que é importante e é um compromisso que se tem, e estão no planejamento.

Comissão de Fundos

Conselheira Yélena Monteiro de Araújo (AMPID)

Foram abordamos vários pontos, a reunião foi dividida em etapas:

RODADA DE DISCUSSÕES, na qual foram feitas as seguintes colocações:

- A baixíssima participação das pessoas nos conselhos municipais;
- Dificuldades para criação e implementação dos fundos municipais;
- Falta capacitação dos conselheiros e dos gestores públicos, inclusive para captar e orientar a iniciativa privada a destinar recursos para os fundos;
- Dificuldade de operar o SICONV.

Na ocasião, o Sr. Dionizio Kuchinski ressaltou a importância da participação dos contadores no convencimento do empresariado para fazer destinação aos fundos.

A Sra. Salete Bértio Sala, Secretária Municipal de Assistência Social de Tenente Portela, detalhou a experiência vivenciada com o Banco Santander e, ao final, se prontificou a responder os questionamentos encaminhados por e-mail, tendo sido sugerido a leitura prévia do guia de diagnóstico que está disponível no site do banco Santander: sustentabilidade.santander.com.br/pt/Espaco-de-Praticas/PDF/guiadoidoso.pdf

Pontuou-se que os convites para o presente evento foram emitidos tardiamente, ausência de articulação com a imprensa local e com autoridades e parlamentares a comprometer a maior visibilidade da causa e maior adesão da sociedade e dos conselhos municipais. O fato de estar realizando um evento como esse é a oportunidade para divulgar as Políticas sobre a pessoa idosa. Isso muito contribuiria com a causa. Falta de convite para parlamentares. Estamos em ano eleitoral, daí a importância para a geração de compromisso por parte deles com a causa.

Constatou-se, também, a necessidade de uma padronização nos instrumentais para conselhos a ser realizada pelo Conselho Nacional.

A conselheira Yélena Monteiro comentou que não há uniformidade de entendimento quanto à admissibilidade da destinação casada, principalmente, quando o destinador é pessoa jurídica. Mencionou a realização de palestra para contribuintes, pessoas jurídicas, com Ministério Público, a Receita Federal, conselho de contabilidade e conselho estadual de Pernambuco, bem como a edição preliminar de vídeo com a Receita sobre os fundos.

Também se relatou sobre a conversa com o setor de comunicação da SDH quanto à elaboração de uma identidade visual para o conselho, visto que esta é, no mínimo, a terceira gestão do CNDI que reivindica isso.

Mencionou, ainda, a tramitação do projeto de lei iniciado no Senado sob nº 309/12, referente à destinação para os fundos de direitos do idoso por pessoa física, a possibilitar idêntico tratamento já concedido aos fundos de direitos da criança e do adolescente, para qual foi apresentado um pedido de tramitação conjunta com outros inúmeros projetos, formulado pelo líder do governo no Congresso Nacional, sendo acordado o envio de e-mail, por um maior número de pessoas, ao senador que fez o requerimento para sensibilizá-lo pela causa e lutar pela tramitação autônoma.

Falou-se, ainda, sobre o projeto de lei de enfrentamento a violência contra pessoa idosa (substitutivo ao PLC 5510Q\13 e o apensado PL 6478/13) que tramita na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, devendo todos se mobilizar para acelerar sua aprovação.

Por fim, foi solicitada a opinião dos presentes quanto à sugestão de projeto de lei encaminhado ao senador Paulo Paim de uniformizar o período de posse de todos os conselhos em consonância com o ciclo orçamentário.

Em seguida, deliberou-se:

a) que o CNDI deverá construir uma matriz de conteúdo programático para capacitação de conselheiros a ser apresentada na conferência nacional do idoso, devendo o documento está disponível no site da SDH até 30 dias antes da conferência;

- AÇÃO: Conteúdo Programático
- RESPONSÁVEL: CNDI
- PRAZO: Apresentação na Conferência Nacional
- Estando documento disponível até 30 dias antes da Conferência - site

b) o CNDI deverá articular com a Receita Federal, com o Conselho Federal de Contabilidade, com os Ministérios Públicos, Federação das Indústrias e com os conselhos estaduais para realizar, nas capitais, eventos de esclarecimento e de divulgação por que e como fazer a destinação;

c) a SDH deverá atualizar o seu site com os dados do conselho e material referente a temática do envelhecimento tanto daqueles elaborados pela própria SDH quanto de terceiros;

d) também deverá ser disponibilizado no site o passo a passo de manuseio do SICONV, além da relação das instituições operam o sistema nas principais cidades do país, ainda a sugestão que poderia ser feito com a ajuda do Ministério do Planejamento, para dar este suporte, diante das dificuldades do pessoal em apresentar seus projetos.

e) encaminhamento formal a comissão dos documentos referenciados nas reuniões de abril\13 quanto o acompanhamento dos convênios e recursos do fundo; expedição de pedido de cooperação técnica aos órgãos de controle (TCU, CONTROLADORIA DA UNIÃO) e de arrecadação do tributo IR (RECEITA FEDERAL) para contribuir na interpretação dos dados referentes à administração do FUNDO NACIONAL DO IDOSO, na elaboração do relatório final de término de mandato e no aprimoramento da gestão;

f) indagar quando será apresentação do relatório final da atual gestão sob a presidência da SDH, nos moldes apresentado pelo CNDI, quando estava sob a presidência da sociedade civil (SBGG);

g) implantação do protocolo no CNDI nos moldes previstos na Resolução 04/09, já solicitado em sessão de abril de 2013;

h) que a deliberação da Busca Ativa com os estados e municípios seja definida na próxima reunião do CNDI, inclusive, análise da priorização daqueles que têm fundo implantado;

i) a comissão urge destacar que o pleito de atenção igualitária com outros segmentos da própria SDH, que foram contemplados com editais de contratação de pessoal, apesar da presidência do CNDI ser da SDH, mas que ignorou as demandas do conselho, não foi atendido.

Conforme solicitado na descentralizada de junho de 2014 que apontou as seguintes sugestões de editais, nos exatos moldes feitos para outras áreas:

1) Contratação de profissional especializado para sistematizar o conteúdo dos relatórios, reuniões, recomendações e resoluções aprovadas nas Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho e da Diretoria Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, entre os anos 2002 e 2014;

2) Contratação de 5 consultores especializados para o mapeamento dos equipamentos de políticas públicas para atendimento das pessoas idosas nos estados e Distrito Federal;

3) Contratação de um profissional especializado para organização metodológica do Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos da Pessoa Idosa;

4) Contratação de consultor para elaborar campanha pública de defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa, tendo como norte o empoderamento e o enfrentamento à violência;

5) Identificação dos conselhos estaduais, municipais, órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população idosa;

6) Contratação de consultor para subsidiar o trabalho do CNDI em estratégias nacionais de fomento à implantação do Sistema de Informação dos conselhos estaduais e municipais, módulo/plataforma Web;

7) Realizar estudos técnicos sobre o perfil da pessoa idosa no Brasil e mapear e avaliar os principais projetos de difusão de conteúdos voltados para processos formativos sobre a pessoa idosa no Brasil;

8) Contratação de consultor para elaborar conteúdo e revisar o processo de formatação da Cartilha de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa (formato impresso e digital);

9) Contratação de consultores especializados objetivando auxiliar o CNDI na elaboração do plano de ação e o plano de aplicação dos recursos do fundo nacional do idoso;

10) Contratação de consultor para elaborar conteúdo e revisar o processo de formatação da Cartilha sobre os fundos de direito do idoso (formato impresso e digital).

Conselheira Jussara Rauth (SBGG):

Ressalta sobre o quanto a capacitação de conselheiros nacionais é importante. Já está quase concluindo mais um mandato no Conselho Nacional, e nas questões de fundos descobriu que menos sabemos. Isso só para dizer que realmente temos muito que aprender. Há a preocupação porque uns aprendem, outros não aprendem e não se tem muita oportunidade de discutir, socializar este aprendizado e vai-se reproduzindo as coisas como dadas e certas e talvez não sejam tanto desta forma.

Ana Maria A. Bravo Villalba (Ministério da Cultura):

A Conselheira aborda sobre o Siconv, entende que, mesmo dispondo de um passo-a-passo no Siconv o gestor tem dificuldade de traduzir aquela linguagem, mesmo com o dito passo-a-passo. Diz com propriedade, pois trabalhou muito com fundo nacional da cultura, então a relação entre o técnico da ponta e o outro técnico deve ter o compartilhamento, ensinar, pois se fosse tão simples assim a tradução, o entendimento do Siconv não haveria necessidade de perguntas ele seria facilmente trabalhado, entendido. Por mais passo-a-passo que o Siconv tenha, não alcança uma linguagem tão didática para quem ainda não está preparado.

Conselheira Yélena Monteiro de Araújo (AMPID):

A questão quando falou de que o Conselho não tem logomarca, faz três gestões desse fundo que pede logomarca, nós temos a comissão de articulação que preparou na gestão passada, Dr. Marco que é de Santa Catarina todo kit, vivia solicitando, recortei trechos de Atas onde está registrado acerca das vezes em que procuramos a Comissão de Articulação, procuramos o Setor de Comunicação da SDH que informou

que contrataram (a época) uma nova assessoria. Seriam disponibilizadas as Atas no Site da Secretaria. Isso é desde 2011.

Há inclusive registro:

“**Logomarca do CNDI**: Resgate das sugestões apresentadas pela CAC e desdobramentos. **a) O então Presidente Gabriel dos Santos Rocha** havia solicitado que os Conselheiros contribuíssem, com novos modelos de logo e que circulem as propostas por e-mail, informou também que iria conversar (na ocasião) com o Coordenador Geral de Publicidade da SDH, para desenhar uma proposta que apresentará em seguida para os Conselheiros.”

Na questão de capacitação, aproveitando a oportunidade, que foi de criar aquela comissão para o pacto pelo envelhecimento, indagar aos Ministérios quais são as capacitações que eles podem oferecer. Fomos informados da Previdência que tem um curso de Educação Previdenciária, sei que o Ministério da Saúde também tem, o Ministério do Planejamento que fala de orçamento, então há a possibilidade costurar esse conteúdo programático, inclusive com link de cursos gratuitos on-line seria bastante válido, para gente começar essa construção para capacitação que vai além do Fundo.

Marília Fragoso (ANG-Brasil):

Discorre acerca:

- 1) Questão da logomarca: fui surpreendida por estarem se tratando novamente da logomarca e quando eu verifiquei tinha uma muito parecida com a que eu havia mandado em 2006 naquela nossa gestão. Daí a resgatei e enviei para Ana Lúcia da Silva (CNDI). Fui surpreendida, pelo que entendi, é que o CNDI e nem outro Conselho não teria mais a logomarca que seria só o da Secretaria de Direitos Humanos. E avaliando o por que de não existir, pois a logomarca é para dar uma identidade, para localizar mais rápido os documentos. Então a minha proposta é que se volte à opção da logomarca e apresento novamente esta básica, sem muita frescura, mas dá para gente identificar bem o que é o CNDI.
- 2) Acerca de comunicados aos Gestores, atentamos que quando só comunica a Secretaria, os Gestores acabam não repassando, pois entendem que todo mundo estão recebendo simultaneamente. Em nível de Estado muitas vezes

vetam informação para que não converta em gastos, então não chega às bases. Que se envie para todos os Conselheiros e Gestores de modo geral, para as devidas tomadas de conhecimento, já que o CNDI estará com os endereços eletrônicos atualizados.

Joana Scerne (Associação Brasileira de Alzheimer)

Informa a todos os conselheiros presentes que no período de 11 a 14 de setembro estará sendo realizado na cidade de São Paulo, o Oitavo Congresso Brasileiro de Alzheimer, onde haverá uma participação dos empresários ligados a Fiesp e a apresentação da Conselheira Yélena aos empresários sensibilizando para aplicação no Fundo Nacional do Idoso. Com toda essa ênfase dela, esperamos o sucesso. Faz a extensão do convite a todo. Coloca-se a disposição para quem queira participar.

Conselheiro Evandro Macêdo (MPOG)

Quanto às agendas transversais, que com base no monitoramento do PPA de 2013, foi entregue no relatório agora em maio, e será realizado o Quinto Fórum de Interconselhos em agosto, inclusive com participantes daqui do Conselho. Está sendo preparando o relatório das agendas do idoso, e o sumário executivo com todas as ações e os principais resultados. Tendo como data provável na segunda quinzena de agosto ou início de setembro. Neste sentido, solicita deliberar que dois ou três participantes do Conselho da Sociedade Civil para participarem deste evento.

Comunicado da Vice-Presidente Paula Ribeiro:

Informa que recebeu as datas das duas reuniões:

- Dia 14 de agosto a Reunião dos Coordenadores das Comissões com os demais membros da Diretoria Ampliada, Presidente e Vice-presidente, em Brasília.
- Dia 27 e 28 de agosto a Reunião Extraordinária.

Será feito o encaminhamento da pauta já contemplando os pontos discutidos aqui para serem inseridos na próxima reunião.

Aproveitando a presença dos Conselheiros Estaduais e Municipais que o CNDI está na eminência de lançar o Edital para eleição da próxima Gestão 2014-2016, então para que fiquem atentos aqueles Conselheiros que representam alguma instituição e

tenham interesse em participando do Conselho Nacional. Até para estar acompanhando esse processo de renovação do CNDI.

✚ Não tendo mais nada a tratar foi concluída a reunião.

✚ Nada mais a degravar, eu Claudia Americano Dolabella, encerro os apontamentos da 70ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de julho de 2014 na Cidade de Porto Alegre-RS.

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.